

REVISTA TÓPICOS

A REALIDADE DA RALÉ BRASILEIRA: DESIGUALDADE, MARGINALIZAÇÃO E DESAFIOS SOCIAIS

DOI: 10.5281/zenodo.11180603

Atila Barros¹

Welvis Nery²

RESUMO

A classe social conhecida como "ralé" é caracterizada por um status estruturalmente desfavorecido, evidenciando-se pela marginalização social, estigmatização e exclusão. Acentuando a desigualdade social, a presença da "ralé" contribui para a fragmentação da estrutura social e a perpetuação das disparidades econômicas. Na obra de Jessé Souza, é destacada a importância de políticas públicas eficazes no sentido de mitigar a desigualdade, fomentar a inclusão social e combater a pobreza extrema. A "ralé" brasileira representa uma parcela da população em condições de extrema pobreza e marginalização social, cuja realidade é analisada de forma crítica no livro "A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive". Este estudo visa analisar os principais aspectos da "ralé" brasileira, enfatizando seus impactos sociais e econômicos na estrutura social com base na obra de Jessé Souza.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Palavras-chave: Ralé brasileira, desigualdade social, exclusão, políticas públicas, pobreza.

ABSTRACT

The social class known as "rabble" is characterized by a structurally disadvantaged status, evidenced by social marginalization, stigmatization and exclusion. Accentuating social inequality, the presence of the "rabble" contributes to the fragmentation of the social structure and the perpetuation of economic disparities. In Jessé Souza's work, the importance of effective public policies is highlighted in order to mitigate inequality, promote social inclusion and combat extreme poverty. The Brazilian "rabble" represents a portion of the population in conditions of extreme poverty and social marginalization, whose reality is critically analyzed in the book "A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive". This study aims to analyze the main aspects of the Brazilian "rabble", emphasizing its social and economic impacts on the social structure based on the work of Jessé Souza.

Keywords: Brazilian rabble, social inequality, exclusion, public policies, poverty.

INTRODUÇÃO

A ralé brasileira é definida como uma classe estruturalmente desfavorecida, cujos membros enfrentam desafios como baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos e ausência de oportunidades de desenvolvimento. A invisibilidade social e o estigma associados à ralé contribuem para sua marginalização e exclusão, dificultando a articulação de suas experiências e a busca por melhores condições de vida.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Em "Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive" o autor aborda de forma profunda e crítica a realidade da ralé brasileira, uma parcela da população em situação de extrema pobreza e exclusão social. A obra destaca a invisibilidade social desses indivíduos, que são frequentemente marginalizados e estigmatizados pela sociedade. Souza (2011), adverte para a necessidade de políticas públicas eficazes que visem a redução da desigualdade, a promoção da inclusão social e o combate à pobreza extrema. Esses aspectos ressaltam a complexidade e a gravidade da situação enfrentada pela ralé brasileira, destacando a urgência de políticas e iniciativas voltadas para a redução da pobreza, a promoção da inclusão social e a garantia dos direitos fundamentais para todos os cidadãos.

Caracterizada por sua "invisibilidade" social, a ralé brasileira, sofre com o estigma do abandono, preconceito e desvalorização, além de enfrentar desigualdades estruturais profundas e marginalização nas esferas públicas e políticas. Essas formas de definição e identificação da ralé na sociedade evidenciam a complexidade das relações sociais e a necessidade de reflexão crítica sobre as estruturas que perpetuam a exclusão e a desigualdade no Brasil. A presença da ralé contribui para a profunda desigualdade social no país, fragmentando a sociedade e mantendo disparidades econômicas. A marginalização social enfrentada pela ralé resulta na exclusão de oportunidades de educação, emprego digno e participação cívica, impactando negativamente sua qualidade de vida. A falta de perspectivas e condições dignas de vida pode levar a situações de violência e criminalidade, afetando não apenas os membros da ralé, mas também a segurança da sociedade como um todo.

REVISTA TÓPICOS

A situação de extrema pobreza e exclusão social em que a ralé brasileira está inserida resulta em baixo desenvolvimento humano e afeta diretamente a saúde, educação e bem-estar de suas pessoas. Por sua vez, a manutenção da ralé impõe à sociedade custos sociais expressivos, não só os decorrentes de despesas com saúde, segurança pública e assistência social, mas também em termos da perda de produtividade e fomento ao desenvolvimento econômico do país. Diante disso, os impactos destacam a urgência de políticas públicas eficientes para a redução da desigualdade, promoção da inclusão social e combate à extrema pobreza, em busca de formar uma sociedade mais justa e igualitária para todos os brasileiros.

Em 2023, a pobreza no Brasil apresentou uma melhora em comparação com o ano anterior, segundo dados do IBGE. A taxa de pobreza caiu de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022, o que representa uma queda de 5,1%. Em números absolutos, significa que 10,2 milhões de pessoas saíram da pobreza no período (IBGE, 2023). A linha de pobreza utilizada pelo IBGE em 2022 foi de R\$ 497,00 per capita por mês. Isso significa que uma pessoa era considerada pobre se sua renda mensal por pessoa era inferior a este valor. A extrema pobreza também apresentou queda em 2022. A taxa caiu de 9,0% para 5,9%, o que representa uma redução de 3,1%. Em números absolutos, significa que 6,5 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza no período. A linha de extrema pobreza utilizada pelo IBGE em 2022 foi de R\$ 145,00 per capita por mês. Isso significa que uma pessoa era considerada extremamente pobre se sua renda mensal por pessoa era inferior a este valor (IBGE, 2022).

REVISTA TÓPICOS

Apesar de os indicadores terem melhorado em 2022, ainda há um longo caminho a ser percorrido para eliminar a pobreza no Brasil. A evidência sugere que as desigualdades sociais permanecem muito amplas, em particular entre os negros, mulheres e os que vivem no Nordeste. Além disso, o processo de queda parecer – ao menos em parte – estar atrelado a fatores que não se repetirão nos próximos anos. Em 2022 o valor médio do Auxílio Brasil foi maior, a quantidade de beneficiários foi superior e o Auxílio Emergencial foi pago mesmo após a pandemia. Para manter o processo decrescente e atingir reduções nas desigualdades, será essencial manter os programas e investir em políticas públicas orientadas à inclusão social e produtiva.

COMO É POSSÍVEL PERCEBER O BRASIL CONTEMPORÂNEO DE MODO NOVO?

Para obter uma nova percepção do Brasil contemporâneo, é fundamental iniciar uma análise das estruturas profundas do capitalismo contemporâneo ou do "racionalismo ocidental", conforme sugerido em "A Ralé Brasileira". Em contraste com a abordagem tradicional que enfatiza uma suposta singularidade sociocultural brasileira, é necessário considerar a realidade brasileira dentro de um contexto mais amplo e comparável com outras experiências humanas no mundo. Isso implica em questionar as bases que sustentam a identidade nacional e em buscar uma compreensão mais crítica das relações sociais e econômicas que moldam a sociedade brasileira.

Além disso, é imprescindível reconhecer a existência da "ralé" brasileira e sua condição de invisibilidade social, estigma, preconceito, desvalorização,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

desigualdade estrutural e marginalização. Portanto, para perceber o Brasil contemporâneo de modo novo, é necessário romper com visões simplistas e superficiais, e adotar uma abordagem crítica que considere as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a realidade do país, especialmente no que diz respeito à desigualdade, à exclusão e à marginalização de determinados grupos sociais, como a "ralé" brasileira.

A construção de uma nova percepção do Brasil contemporâneo, conforme abordado no pelo autor, enfatiza a necessidade de uma análise crítica das estruturas profundas do capitalismo contemporâneo e do "racionalismo ocidental". Isso envolve questionar a ideia de uma singularidade sociocultural brasileira absoluta e incomparável, buscando situar o país em um contexto mais amplo e comparativo com outras sociedades (Souza, 2011). Essa abordagem visa promover a inclusão social e a equidade, desafiando interpretações dominantes e superficiais da realidade brasileira, e questionando preconceitos arraigados que impedem uma compreensão mais profunda das causas e consequências da modernização periférica e das desigualdades presentes na sociedade (Sternick, 2016). A construção de uma nova visão do Brasil contemporâneo requer uma análise crítica e aprofundada das estruturas sociais, econômicas e culturais do país, bem como o enfrentamento das desigualdades e exclusões que marcam a sociedade brasileira.

REFLEXÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA

A obra "A Ralé Brasileira" oferece uma análise profunda e provocativa sobre a modernização periférica no contexto brasileiro, destacando as

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

complexidades e contradições inerentes a esse processo. A modernização periférica no Brasil é caracterizada por uma inserção desigual na economia global, resultando em altos níveis de desigualdade e exclusão social. Enquanto determinados setores e grupos sociais se beneficiam dos avanços tecnológicos e econômicos, a "ralé brasileira" permanece à margem, sem acesso às oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social.

Jessé Souza, destaca a presença da corrupção como uma característica folclórica da sociedade brasileira, muitas vezes justificada como parte da cultura do privilégio e das relações pessoais. Essa perspectiva problematiza a ideia de que a corrupção é inerente ao capitalismo, apontando para a necessidade de uma análise mais intensa das raízes estruturais desse fenômeno. Uma das teses centrais da obra é a importância de perceber a "ralé brasileira" enquanto classe social excluída de oportunidades e reconhecimento. Essa percepção radicalmente nova dos problemas centrais que desafiam o Brasil como sociedade destaca a urgência de enfrentar as desigualdades e injustiças que permeiam a modernização periférica (Souza, 2011).

À luz das reflexões apresentadas, é indispensável repensar as narrativas dominantes sobre a modernização periférica e a exclusão social no Brasil. A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva requer um compromisso coletivo em enfrentar as desigualdades estruturais e em promover a equidade de oportunidades para todos os cidadãos. Somente através de uma análise crítica e aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e culturais do país, poderemos avançar na construção de um

REVISTA TÓPICOS

futuro mais igualitário e democrático para a "ralé brasileira" e para toda a sociedade.

A sociedade brasileira é marcada por uma profunda disparidade entre as classes sociais, a qual se manifesta na desigualdade de oportunidades em diversos âmbitos da vida. Esta análise tem como objetivo avaliar essa disparidade sob a ótica dos conceitos de capital cultural e capital econômico, propostos por Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1977). O capital cultural se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades e valores que são transmitidos de geração em geração dentro de um grupo social, e que conferem vantagens na vida social e profissional. Já o capital econômico se refere à posse de recursos materiais, como dinheiro, bens e propriedades. As classes médias e altas detêm, respectivamente, o capital cultural e o capital econômico que lhes garantem privilégios na disputa pelos melhores cargos no mercado de trabalho e no Estado. Isso se dá por meio de mecanismos como o acesso a escolas de qualidade, redes de contatos e oportunidades de desenvolvimento profissional (Souza, 2011).

Em contraposição, a classe marginalizada, ironicamente chamada de "ralé" por Souza e que corresponde a um terço da população, encontra-se destituída de ambos os capitais. Essa destituição se torna ainda mais profunda pela desestruturação do núcleo familiar e pela extrema pobreza material, impedindo o acesso aos meios para a obtenção de tais recursos. Como resultado, essa classe é completamente desprivilegiada, sofrendo de uma total falta de oportunidades em termos materiais, imateriais e simbólicos. A injustiça social se torna flagrante, perpetuando a

REVISTA TÓPICOS

desigualdade entre as classes e impedindo a ascensão social dos menos favorecidos.

O "segredo" do privilégio de classe, segundo Bourdieu, reside no processo de socialização familiar, no qual os valores e as normas das classes dominantes são transmitidos de forma naturalizada e invisível. Esse processo contribui para a reprodução das desigualdades e para a manutenção do status quo (Bourdieu, 1977).

Dessa forma, é imprescindível que se quebre o mutismo imposto pelo senso comum e que se desnaturalize as iniquidades costumeiras que marcam a sociedade brasileira. Neste contexto, a única via é a efetivação de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades, através do acesso à cultura, à educação e ao universo de trabalho. Apenas a ação e a percepção crítica e sensível que se pode criar um mundo mais justo e equilibrado.

AS MULHERES DA RALÉ BRASILEIRA: UMA ANÁLISE PROFUNDA DAS EXPERIÊNCIAS DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

O capítulo dedicado às "Mulheres da Ralé" oferece uma visão extensa e sensível das experiências únicas vivenciadas por mulheres pertencentes às camadas mais marginalizadas da sociedade brasileira. Neste contexto, são abordadas questões cruciais que permeiam a vida dessas mulheres, revelando as interseções complexas entre gênero, classe e exclusão social. A narrativa dessas mulheres revela um cenário marcado por desafios e adversidades, onde a busca por ascensão social se torna um verdadeiro drama, especialmente para as empregadas domésticas. Essas mulheres,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

muitas vezes invisíveis e subjugadas, enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua mobilidade social, evidenciando as profundas desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Além disso, o capítulo lança luz sobre a "miséria do amor dos pobres", destacando as relações afetivas e familiares em contextos de precariedade econômica. A falta de recursos materiais e as condições adversas de vida impactam significativamente as dinâmicas de amor e cuidado entre os indivíduos, revelando a complexidade das relações interpessoais nas camadas mais vulneráveis da população.

Outro ponto sensível abordado é a questão da prostituição entre mulheres pobres, onde a dor e o estigma se entrelaçam em uma realidade de exploração e vulnerabilidade. Mulheres que se veem obrigadas a ingressar na prostituição devido à falta de oportunidades dignas de trabalho enfrentam múltiplas formas de violência e discriminação, evidenciando as interseções entre pobreza, gênero e exploração sexual. A avaliação dessas experiências nos leva a refletir sobre as realidades complexas e multifacetadas vivenciadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Mulheres da Ralé identifica as complexidades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Narrativas comoventes e emocionantes como essas ressaltam a interseccionalidade do gênero, classe social e exclusão social e revelam o alto nível de disparidade estrutural do Brasil.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2023 do IBGE, divulgada em dezembro de 2023, o Brasil possui 38,1 milhões de famílias chefiadas

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

por mulheres, o que representa 50,8% do total de domicílios no país. Isso significa que, em mais da metade dos lares brasileiros, a mulher é a principal responsável pelo sustento da família. No ano de 2012, as mulheres chefiavam 40,2% dos domicílios, os números evidenciam, que ano após ano, aumenta a liderança feminina nos lares brasileiros (IBGE, 2023). Apesar de serem a maioria entre os chefes de família, as mulheres ainda ganham menos que os homens. Em 2022, a renda média mensal das mulheres chefes de família era de R\$ 2.334,00, enquanto a dos homens era de R\$ 2.972,00 (IBGE, 2022).

Outro dado importante evidenciado pelo IBG em 2023, são as diferenças por raça e cor. 57,8% das famílias chefiadas por mulheres pretas ou pardas são monoparentais, enquanto entre as brancas esse percentual é de 26,4%. Os dados revelam uma realidade inquietante: as mulheres negras e pardas são mais propensas a chefiar famílias monoparentais do que as brancas. Essa disparidade, de quase o dobro, é um reflexo das desigualdades raciais e socioeconômicas que marcam a sociedade brasileira (IBGE, 2023).

Mulheres negras e pardas sofrem mais com as dificuldades de entrada e manutenção no mercado de trabalho formal por conta do racismo estrutural e da falta de oportunidades. Assim, isso impacta diretamente a capacidade de formação e manutenção de uma família biparental. Quando comparadas às famílias com duas figuras parentais, as monoparentais encabeçadas por mulheres, sobretudo negras e pardas, demonstram ter renda geralmente inferior. Assim, o risco de pobreza e vulnerabilidade social é ampliado para tais famílias.

REVISTA TÓPICOS

Para reduzir as desigualdades e garantir a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, é necessário investir em políticas públicas que combatam a discriminação racial e de gênero, ampliem as oportunidades de educação e qualificação profissional para mulheres negras e pardas, e ofereçam apoio às famílias monoparentais. Ao dar voz e visibilidade a essas experiências, somos confrontados com a urgência de reconhecer e valorizar as lutas e resistências dessas mulheres, bem como de promover a inclusão e o empoderamento em todos os níveis da sociedade. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a implementação de políticas e práticas que garantam os direitos e a dignidade das mulheres da ralé, desafiando as estruturas de poder e desigualdade que perpetuam sua exclusão e marginalização.

De tal modo, é importante que essas narrativas sirvam como um chamado à ação para a transformação social, incentivando a solidariedade, a empatia e a busca por soluções que promovam a equidade e a justiça para todas as mulheres, especialmente aquelas que enfrentam as maiores adversidades. Somente através do reconhecimento e da valorização das experiências e das vozes das mulheres da ralé, poderemos avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva, igualitária e compassiva para todos.

A ASCENSÃO SOCIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

O capítulo 1, intitulado "Do Fundo do Buraco", o drama social das empregadas domésticas, aborda de forma intensa e sensível o drama vivido pelas empregadas domésticas no Brasil. Escrito por Maria Teresa Carneiro

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

e Emerson Rocha, o capítulo revela a luta e a ascensão social dessas mulheres que desempenham um papel importante na sociedade brasileira.

A profissão de empregada doméstica é historicamente associada à precariedade e à falta de reconhecimento. No entanto, ao longo das décadas, essas trabalhadoras têm conquistado melhorias significativas em suas condições de trabalho. Uma das mudanças mais importantes foi a garantia da "carteira assinada", que trouxe mais segurança e direitos trabalhistas para essas mulheres. Sua força de trabalho, majoritariamente feminina, negra e de baixa renda, sustenta lares e contribui para o desenvolvimento do país. No entanto, a situação dessa categoria profissional ainda é marcada por desafios e desigualdades.

Em 2023, segundo IBGE, o Brasil tinha cerca de 6,3 milhões de empregadas domésticas, o que representa 10,3% da população ocupada. A grande maioria (92%) são mulheres, e 53% são pretas ou pardas. A faixa etária predominante é entre 40 e 59 anos, e 28% não possuem ensino fundamental completo (PNAD, 2023). As condições de trabalho ainda são precárias para muitas. A jornada média de trabalho é de 40 horas semanais, mas 38% das trabalhadoras relatam jornadas acima de 44 horas. A informalidade impera, com 62% sem carteira assinada, e direitos básicos como adicional por hora extra, férias remuneradas e 13º salário são frequentemente negados.

A renda média mensal em 2023 era de R\$ 2.477,00, o que equivale a apenas 58,3% do salário-mínimo nacional. As mulheres brancas ainda recebem em

REVISTA TÓPICOS

média 22% a mais do que as mulheres pretas ou pardas, evidenciando a interseccionalidade de raça e gênero que aprofunda as desigualdades.

Apesar dos desafios, avanços foram conquistados nos últimos anos. A Lei Complementar nº 150/2015^[3], que regulamentou os direitos das trabalhadoras domésticas, foi um marco importante. A formalização da categoria também vem crescendo, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido. A luta por melhores condições de trabalho e pela valorização da profissão de empregada doméstica segue em curso. É indispensável garantir a formalização da categoria, o acesso a todos os direitos trabalhistas, a igualdade de oportunidades e a justa remuneração. A valorização social da profissão também é indispensável para combater o estigma e reconhecer a importância do trabalho dessas mulheres na sociedade brasileira.

Em síntese, o Capítulo 1 conduz o leitor a realidade das empregadas domésticas no Brasil, destacando suas lutas, conquistas e a sua incansável busca por uma vida melhor. É uma reflexão sobre as desigualdades sociais e a importância de valorizar e respeitar o trabalho de todas as mulheres, independentemente da sua ocupação. A ascensão social das empregadas domésticas é um reflexo das transformações sociais em curso no Brasil. Elas rompem barreiras e desafiam estereótipos, mostrando que é possível superar as adversidades e alcançar uma vida mais digna e próspera.

A COMPLEXIDADE DO AMOR NA REALIDADE DOS POBRES NO BRASIL

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

O Capítulo 2, "A Miséria do Amor dos Pobres", escrito por Emanuelle Silva, Roberto Torres e Tabata Berg, mergulha de forma profunda e sensível na complexidade das relações amorosas entre os indivíduos pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira.

O título provocativo do capítulo já nos instiga a considerar sobre as nuances e desafios enfrentados pelos pobres em suas vivências amorosas. A obra questiona a ideia comum de que o amor transcende as barreiras sociais e econômicas, sugerindo que a desigualdade e a pobreza podem sim influenciar significativamente a forma como o amor é vivenciado e percebido por esses indivíduos.

Ao desconstruir o mito da brasilidade que associa o povo brasileiro a uma suposta maior afetuosidade e generosidade no amor, os autores nos incitam a pensar sobre as condições estruturais que moldam as relações afetivas nas camadas mais vulneráveis da sociedade. A obra nos leva a questionar se a pobreza e a desigualdade são realmente questões secundárias quando se trata da busca por uma vida plena e realizada.

A análise apresentada no capítulo revela a importância de considerar o todo social, econômico e cultural no qual as relações amorosas se desenvolvem. A miséria do amor dos pobres não se limita apenas às questões materiais, mas também abarca aspectos emocionais, psicológicos e sociais que influenciam a forma como essas pessoas experienciam e constroem seus relacionamentos.

REVISTA TÓPICOS

Ao explorar a complexidade do amor na realidade dos pobres no Brasil, os autores nos propõem a repensar nossos preconceitos e estereótipos em relação às relações afetivas nas camadas mais desfavorecidas da sociedade. O capítulo nos desafia a enxergar para além das aparências e a compreender as múltiplas dimensões do amor em um contexto de desigualdade e precariedade.

O Capítulo "A Miséria do Amor dos Pobres", nos leva a uma profunda reflexão sobre as interseções entre amor, pobreza e desigualdade, revelando a complexidade e a riqueza das experiências afetivas dos indivíduos que lutam diariamente para encontrar sentido e felicidade em meio às adversidades da vida. É uma obra que nos desafia a repensar nossas concepções sobre o amor e a solidariedade em um contexto de injustiça social e desigualdade.

A ESTIGMATIZAÇÃO E A DOR DAS PROSTITUTAS POBRES NO BRASIL

O Capítulo 3, intitulado "A Dor e o Estigma da Puta Pobre", escrito por Patrícia Mattos, disserta sobre a realidade complexa e muitas vezes invisibilizada das mulheres que se encontram na interseção da pobreza e da prostituição no Brasil. A autora aborda de forma sensível e crítica as experiências dessas mulheres, revelando as camadas de estigma, dor e desigualdade que permeiam suas vidas.

A expressão "puta pobre" utilizada no título do capítulo já nos remete à dupla marginalização enfrentada por essas mulheres: a pobreza que as

REVISTA TÓPICOS

coloca em situações de vulnerabilidade extrema e a prostituição que as expõe a estigmas e preconceitos sociais. Patrícia Mattos nos propõem a pensar sobre como a interseção dessas duas realidades impacta a vida e a dignidade dessas mulheres.

A autora destaca a forma como a sociedade muitas vezes julga e marginaliza as prostitutas pobres, relegando-as a um lugar de invisibilidade e desvalorização. A falta de oportunidades, a ausência de políticas públicas efetivas e a discriminação estrutural contribuem para a perpetuação do ciclo de exclusão e sofrimento vivenciado por essas mulheres.

A pobreza, a desigualdade social, a falta de oportunidades de trabalho, o tráfico de pessoas, a violência doméstica e a exploração sexual são fatores que influenciam a prostituição. O perfil das mulheres envolvidas geralmente inclui jovens entre 18 e 30 anos, de baixa renda e escolaridade, frequentemente vítimas de violência e exploração. Os impactos da prostituição são diversos, incluindo vulnerabilidade à violência física e sexual, exploração sexual, doenças sexualmente transmissíveis, estigma social e dificuldades de inserção social e profissional (De Campos, 2023).

Ao abordar a dor e o estigma associados à prostituição na camada mais desfavorecida da sociedade, o capítulo nos intima a questionar nossos próprios preconceitos e ponderar sobre a importância de uma abordagem empática e inclusiva em relação a essas mulheres. Patrícia Mattos nos lembra que por trás do rótulo de "puta pobre" existem histórias de vida complexas, sonhos, dores e lutas diárias por sobrevivência e dignidade.

REVISTA TÓPICOS

A obra nos desafia a repensar as narrativas dominantes sobre a prostituição e a pobreza, convidando-nos a enxergar além dos estigmas e estereótipos sociais. O capítulo ressalta a necessidade de políticas sociais mais inclusivas e de uma sociedade mais solidária e acolhedora, que reconheça a humanidade e os direitos das prostitutas pobres.

Ao longo da história, a subjetividade feminina foi construída sob a ótica masculina, relegando as mulheres a um papel secundário e submisso. Essa construção social, perpetuada por séculos, resultou em diversos mecanismos de opressão e desigualdade, limitando a autonomia e o desenvolvimento pleno das mulheres em diferentes esferas da vida. A luta feminina surge como resposta a essa realidade, buscando desconstruir os estereótipos de gênero e conquistar o reconhecimento da mulher como sujeito de direito. Através de diferentes movimentos e ações, as mulheres reivindicam a liberdade de expressão, a autonomia sobre seus corpos e vidas, o fim da violência e da discriminação, e a igualdade de oportunidades em todos os âmbitos da sociedade (De Campos, 2023).

O espaço público, historicamente dominado pelos homens, representa um campo de batalha crucial para a luta feminista. As mulheres lutam pelo direito de ocupar livremente este espaço, sem serem vítimas de assédio, violência ou discriminação. A conquista de espaços de poder e decisão, como a participação política e a ocupação de cargos de liderança, também é fundamental para garantir a representatividade feminina e a construção de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

REVISTA TÓPICOS

A luta feminina por liberdade e reconhecimento é um processo contínuo e multifacetado que exige constante mobilização e engajamento. Através da análise crítica da realidade social, da desconstrução de estereótipos de gênero e da reivindicação de direitos, as mulheres lutam por construir um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas.

O Capítulo é um chamado à reflexão sobre a interseção entre pobreza, prostituição, estigma e dor. É uma obra que nos sensibiliza para as realidades complexas e muitas vezes silenciadas das mulheres que enfrentam a dura realidade de serem marginalizadas e estigmatizadas por uma sociedade que muitas vezes as exclui e as julga sem compreender suas histórias e suas lutas.

A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E DELINQUÊNCIA NA REALIDADE DA RALÉ BRASILEIRA

O Capítulo 4, intitulado "O Crente e o Delinquente", escrito por Emerson Rocha e Roberto Torres, conversa sobre a complexa interação entre a religião e a delinquência nas camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira. A obra nos incita a cogitar sobre como esses dois elementos se entrelaçam e influenciam as trajetórias de vida dos indivíduos que habitam a ralé.

A partir de narrativas e análises profundas, os autores exploram as diferentes formas como a religião e a delinquência se manifestam e se entrelaçam na vida dos personagens abordados. O capítulo nos leva a questionar as dinâmicas de poder, moralidade e identidade que permeiam

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

essas experiências, revelando as contradições e complexidades presentes nesse contexto.

A figura do crente e do delinquente são apresentadas como representações simbólicas de caminhos possíveis diante das adversidades e desafios enfrentados pela ralé brasileira. A religião surge como um refúgio espiritual e uma fonte de esperança para muitos, ao passo que a delinquência é retratada como uma forma de resistência e sobrevivência em um contexto de marginalização e exclusão social.

No estado do Rio de Janeiro, o complexo de Israel é marco emblemático de um fenômeno que pesquisadores têm chamado de 'narcopentecostalismo', não apenas o surgimento de traficantes que se confessam evangélicos, mas a forma como isso influencia a ação das facções na disputa por territórios na capital do estado.

Os traficantes que dominam as favelas de Parada de Lucas, Vigário Geral e outras três comunidades na Zona Norte do Rio de Janeiro elegeram referências bíblicas como seus principais símbolos. A facção se autodenomina “Tropa de Arão”, uma figura cristã, irmão de Moisés. A estrela de David foi espalhada em muros e bandeiras nas entradas das favelas, e está até em um neon no alto de uma caixa d’água na comunidade Cidade Alta. O território foi batizado, segundo a polícia, de “Complexo de Israel” pelo chefe da Tropa, uma referência à “terra prometida” para o “povo de Deus” na Bíblia.

REVISTA TÓPICOS

O grupo criminoso comandava inicialmente o tráfico em Parada de Lucas e estendeu seu domínio para as comunidades vizinhas. Hoje, a Tropa controla o tráfico nas favelas de Cidade Alta, Pica-pau, Cinco Bocas e Vigário Geral, de acordo com a polícia e centros de pesquisa em segurança pública.

"Narcopentecostalismo" é um termo que descreve uma interseção entre o neopentecostalismo e o tráfico de drogas, especialmente em contextos latino-americanos. Refere-se à ideia de que certos líderes ou membros de igrejas neopentecostais podem estar envolvidos em atividades ilegais relacionadas ao tráfico de drogas, enquanto ainda professam fé e práticas religiosas (Ferreira, 2020).

Essa conexão da figura do crente e do delinquente é a cada passo explorada em análises sociológicas e antropológicas que examinam as complexas interações entre religião, poder, marginalização social e atividades criminosas. Em certos contextos, o narcotráfico e o neopentecostalismo podem se entrelaçar devido às oportunidades de poder, controle social e lavagem de dinheiro que o ambiente religioso pode oferecer. É importante ter em mente que nem todos os neopentecostais participam de atividades criminosas, e o termo "narcopentecostalismo" refere-se a uma pequena parte do movimento neopentecostal em áreas onde esse conflito é visto (Ferreira, 2020).

A relação entre religião e delinquência na realidade da ralé brasileira é um tema intrincado, permeado por nuances e contradições que desafiam análises simplistas. Afirmar que a religião é um fator determinante da delinquência seria um erro grave, ignorando a multiplicidade de causas que influenciam

REVISTA TÓPICOS

o comportamento humano. No entanto, é inegável que a fé e as práticas religiosas podem, em alguns casos, interagir com a trajetória de indivíduos que se envolvem em atividades delituosas, seja de forma protetiva ou de risco.

A pobreza, a falta de oportunidades educacionais e profissionais, a violência doméstica e a desestrutura familiar são fatores de risco para a delinquência que podem ser mediados pela religião. Em comunidades carentes, onde a presença do Estado é frequentemente precária, a fé e a comunidade religiosa podem oferecer um senso de pertencimento, valores morais e apoio social que protegem os indivíduos contra a tentação do crime. No entanto, a religião também pode ser utilizada como ferramenta de manipulação e controle por líderes religiosos inescrupulosos, que exploram a fé das pessoas para cooptá-las para atividades criminosas (Paro, 2023).

As experiências de vida, a influência familiar e social, a exposição à violência e a falta de perspectivas de futuro são fatores que podem influenciar a escolha de um caminho delituoso. A religião pode atuar como um fator de proteção, oferecendo orientação moral, apoio emocional e oportunidades de ressocialização para jovens em situação de risco. No entanto, a rigidez doutrinária, o fanatismo religioso e a intolerância podem levar à marginalização e à radicalização de indivíduos, aumentando o risco de envolvimento em atividades extremistas ou violentas.

O tipo de religião, a forma como ela é praticada e os valores que ela transmite podem influenciar a relação com a delinquência. Religiões que

REVISTA TÓPICOS

ênfatizam a paz, o amor ao próximo, a compaixão e a justiça social podem ter um efeito positivo na prevenção da criminalidade. Já religiões que promovem a intolerância, o ódio ao diferente e a submissão à autoridade podem contribuir para a perpetuação da violência e da exclusão social (Paro, 2023).

A análise cuidadosa realizada no capítulo nos propõe a reflexão sobre as múltiplas dimensões da religiosidade e da criminalidade na vida dos indivíduos da ralé. A obra nos desafia a questionar estereótipos e preconceitos, e a compreender a complexidade das escolhas e trajetórias desses personagens, que muitas vezes são julgados de forma simplista pela sociedade.

Ao explorar a relação entre o crente e o delinquente, o capítulo faz uma reflexão mais ampla sobre as questões de moralidade, pertencimento e resistência presentes na realidade da ralé brasileira. Os autores nos instigam a pensar sobre as estratégias de sobrevivência e as formas de enfrentamento adotadas por esses indivíduos em um contexto de precariedade e vulnerabilidade.

O Capítulo 4, faz pensar sobre as interações complexas entre religião e delinquência na realidade da ralé brasileira. É um apelo à compreensão empática e crítica das experiências desses indivíduos, e uma oportunidade de repensar nossas concepções sobre moralidade, religiosidade e criminalidade em um contexto de desigualdade e exclusão social.

REVISTA TÓPICOS

A DIGNIDADE E A DESUMANIZAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO NA RALÉ BRASILEIRA

O Capítulo 5, intitulado "O Trabalho que (In)Dignifica o Homem", escrito por Fábriço Maciel e André Grillo, discute sobre a relação complexa entre o trabalho, a dignidade e a desumanização dos trabalhadores nas camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira. A obra reflete sobre as condições precárias, as injustiças e as violações de direitos que permeiam o universo laboral da ralé.

Os autores exploram de forma crítica e sensível as diversas facetas do trabalho na realidade da ralé brasileira, evidenciando como muitas vezes o trabalho, longe de ser uma fonte de dignidade e realização, torna-se um mecanismo de exploração e desvalorização dos trabalhadores. Através de narrativas e análises aprofundadas, o capítulo questiona as estruturas de poder e as relações de trabalho que perpetuam a desigualdade e a injustiça social.

De acordo com a última pesquisa do IBGE (2023), referente ao trimestre móvel de outubro a dezembro de 2023, a taxa de desemprego no Brasil era de 7,4%. Isso significa que, em uma população economicamente ativa de 108,2 milhões de pessoas, 8,1 milhões estavam desempregadas (IBGE, 2023). Ainda, segundo o relatório de Emprego Mundial e Perspectivas Sociais de 2024, alerta que o desemprego no mundo deve crescer em 2024. Após um período de estabilidade em 2023, indicadores recentes apontam para um aumento no desemprego em diversas regiões do mundo (OIT, 2024).

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

A expressão "O Trabalho que (In)Dignifica o Homem" nos remete à dualidade presente na experiência laboral dos indivíduos da ralé: a busca pela subsistência e pela dignidade, muitas vezes confrontada com a desvalorização, a exploração e a falta de reconhecimento. Os autores nos levam a pensar sobre como o trabalho, longe de ser apenas uma atividade econômica, é também um elemento central na construção da identidade e da autoestima dos trabalhadores.

Ao abordar as condições precárias de trabalho, a falta de direitos trabalhistas e a desumanização presente em muitos ambientes laborais da ralé, o capítulo nos desafia a repensar as noções tradicionais de dignidade e justiça no contexto do trabalho. Os autores nos incentivam a considerar a importância de políticas públicas inclusivas, de relações de trabalho mais justas e de uma sociedade mais solidária e empática para garantir a dignidade e os direitos dos trabalhadores mais vulneráveis.

O Capítulo 5 da obra encoraja o leitor a pensar sobre como o trabalho, a dignidade e a desumanização se relacionam na realidade da ralé brasileira. É uma oportunidade para avaliar e ponderar de forma crítica as injustiças e violações de direitos que estão ocorrendo no ambiente laboral desses trabalhadores. Também oferece a oportunidade de repensar as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a exclusão no mundo do trabalho.

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE FRACASSO E DESIGUALDADE
NA REALIDADE DA RALÉ BRASILEIRA**

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

O Capítulo 6 do livro intitulado "A Instituição do Fracasso: A Educação da Ralé", escrito por Lorena Freitas, aborda de forma contundente e crítica a realidade educacional das camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira. A obra convida a questionar as dinâmicas de exclusão, desigualdade e fracasso que permeiam o sistema educacional e impactam diretamente a vida dos jovens pertencentes à ralé.

A autora nos conduz por uma análise profunda e sensível das barreiras e obstáculos enfrentados pelos estudantes da ralé no acesso à educação de qualidade e nas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A expressão "A Instituição do Fracasso" nos remete à estrutura educacional que, longe de promover a igualdade de oportunidades, muitas vezes reproduz e reforça as desigualdades sociais existentes.

Ao explorar as causas e consequências do fracasso escolar na ralé brasileira, o capítulo reflete sobre as múltiplas dimensões da exclusão educacional, que vão desde a falta de infraestrutura nas escolas até a ausência de políticas públicas efetivas de inclusão e apoio aos estudantes mais vulneráveis. A autora nos desafia a repensar o papel da educação como um direito fundamental e como um instrumento de transformação social.

Atualmente a maioria das escolas possui acesso à internet (93,9%) e laboratórios de informática (87,2%), recursos importantes para o aprendizado no mundo atual. No entanto, a qualidade e a velocidade da internet podem variar significativamente, impactando o acesso à informação e o desenvolvimento de atividades online. A água potável

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

encanada está presente em 97,7% das escolas, um indicador positivo para a saúde e o bem-estar dos alunos e professores. No entanto, a falta de rede de esgoto em 7,7% das escolas é um problema grave que precisa ser solucionado para garantir condições sanitárias adequadas. Bibliotecas, presentes em 84,5% das escolas, são espaços importantes para o incentivo à leitura e à pesquisa. No entanto, a quantidade e a qualidade dos livros podem ser insuficientes em algumas unidades, limitando o acesso à informação e à cultura (PENAD, 2023).

O número de professores por aluno no ensino fundamental (17,2) está dentro do recomendado pela UNESCO, o que garante um acompanhamento individualizado e um ambiente de aprendizado mais propício. No entanto, há uma carência de professores qualificados, especialmente em áreas como matemática e ciências, um desafio que precisa ser enfrentado para garantir a qualidade do ensino. Os baixos salários dos professores, em comparação com outros países, podem contribuir para a desvalorização da profissão e a evasão de profissionais qualificados. Investir na valorização profissional dos educadores é fundamental para a retenção de talentos e a melhoria da qualidade da educação (UNESCO, 2021).

A desigualdade educacional é um dos principais desafios a serem superados. As escolas públicas em áreas mais pobres e periféricas geralmente oferecem um ensino de menor qualidade, com infraestrutura precária, falta de recursos humanos e materiais didáticos. É necessário investir na redução das desigualdades para garantir que todos os alunos

REVISTA TÓPICOS

tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social ou localização geográfica.

A taxa de evasão escolar no ensino médio (13,3%), especialmente entre os jovens mais pobres e negros, é um problema grave que precisa ser combatido. É fundamental garantir que todos os jovens tenham acesso e permaneçam na escola até o final do ensino médio, etapa crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O baixo desempenho dos alunos brasileiros no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) indica a necessidade de medidas para melhorar a qualidade do ensino. Investir na formação continuada dos professores, na atualização dos currículos escolares e na utilização de metodologias inovadoras pode contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos (PISA, 2022).

O aumento da taxa de alfabetização da população brasileira de 15 anos ou mais para 98,7% em 2023 é um indicador positivo que demonstra o compromisso do país com a educação. A expansão da taxa de matrícula na educação infantil, que atingiu 86,1% das crianças de 4 a 5 anos em 2023, garante o acesso à educação desde a infância, etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças. O investimento em programas de educação, como o Programa Nacional de Apoio à Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Mais Educação, contribui para a melhoria da qualidade da educação e para a garantia de condições adequadas de aprendizagem (PNAE, 2023).

REVISTA TÓPICOS

A situação das escolas públicas no Brasil exige medidas urgentes para superar os desafios existentes e garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros. É necessário investir na melhoria da infraestrutura das escolas, na qualificação dos professores, na redução da desigualdade educacional e no combate à evasão escolar.

O capítulo apresenta relatos e análises detalhadas sobre as injustiças e desigualdades no sistema educacional brasileiro, que muitas vezes penaliza os alunos da ralé e os impede de atingir seu máximo potencial. A autora nos intima a considerar a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas, investimentos em treinamento de professores e métodos para combater o abandono escolar e a evasão.

O texto traz um convite a pensar sobre a educação como um espaço de fracasso e desigualdade na realidade da ralé brasileira. Uma reflexão crítica sobre as injustiças e as barreiras enfrentadas pelos estudantes mais vulneráveis, e uma oportunidade de repensar as políticas educacionais e sociais necessárias para garantir a todos o direito a uma educação de qualidade e inclusiva.

A MÁ-FÉ E AS CONTRADIÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA NA REALIDADE BRASILEIRA DA RALÉ

O Capítulo 7, intitulado "Fazer Viver e Deixar Morrer: A Má-Fé da Saúde Pública no Brasil", escrito por Lara Luna, é uma análise profunda e crítica sobre as contradições e desafios enfrentados no sistema de saúde pública

REVISTA TÓPICOS

brasileiro, especialmente no que diz respeito ao atendimento e cuidado destinados às camadas mais vulneráveis da sociedade, a ralé.

A autora nos conduz por um mergulho nas complexidades e nas injustiças presentes no cenário da saúde pública no Brasil, evidenciando como, muitas vezes, o sistema de saúde reproduz desigualdades e negligência os direitos fundamentais à vida e à dignidade dos cidadãos mais necessitados. A expressão "Fazer Viver e Deixar Morrer" nos remete à dualidade de práticas e políticas que, ao mesmo tempo em que buscam preservar a vida, também perpetuam a exclusão e a desigualdade.

Ao abordar as práticas institucionais e as estruturas de poder que permeiam o sistema de saúde pública, o capítulo reflete sobre as raízes históricas e sociais que moldam as políticas de saúde no Brasil e que impactam diretamente a vida e a saúde dos mais vulneráveis. A autora nos desafia a repensar a noção de acesso universal e equitativo à saúde e a questionar as práticas que perpetuam a marginalização e a exclusão.

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a análise do sistema de saúde no Brasil revela uma realidade intrincada, caracterizada por disparidades e contrastes significativos. Embora tenham sido registrados avanços em algumas áreas, como a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida, persiste a necessidade de medidas substanciais para assegurar um acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde para todos os cidadãos brasileiros. Um dos pontos de destaque reside na diminuição da taxa de mortalidade infantil, que entre os anos de 2000 e 2020 registrou uma queda

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

de 64%, passando de 32,4 para 11,8 mortes por mil nascidos vivos. Tal progresso é atribuído a uma série de fatores, incluindo a ampliação da cobertura vacinal, o acesso expandido à água potável e ao saneamento básico, além da melhoria dos cuidados pré-natais e do acompanhamento da saúde infantil.

Outro indicador positivo é o aumento da expectativa de vida ao nascer, que evoluiu de 72,5 anos em 2000 para 76,3 anos em 2020. Esse aumento está correlacionado com a redução da mortalidade infantil, o envelhecimento populacional e o controle de doenças transmissíveis. Além disso, observou-se um crescimento na cobertura de planos de saúde, que passou de 25,6% da população em 2000 para 33,2% em 2020. Essa expansão é majoritariamente atribuída ao aumento da classe média e à oferta de planos mais acessíveis.

Porém, o sistema de saúde brasileiro ainda enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais é a disparidade no acesso aos serviços de saúde, evidenciando uma distribuição desigual, em que a parcela mais carente da população tem acesso limitado a serviços de qualidade, enquanto a camada mais privilegiada possui acesso a planos de saúde privados abrangentes. Essa disparidade reflete-se em indicadores como a mortalidade por doenças evitáveis e a taxa de internação hospitalar.

Outra questão premente é a insuficiência de recursos, uma questão crônica que afeta o sistema de saúde brasileiro. Os recursos públicos alocados para a saúde são inadequados para atender plenamente às demandas da população, resultando em longas filas de espera para consultas e exames,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

escassez de medicamentos e insumos, e infraestrutura precária nas unidades de saúde. Ainda, a qualidade dos serviços de saúde varia consideravelmente entre regiões, tipos de serviços e situações socioeconômicas dos pacientes. Em geral, os serviços de saúde públicos apresentam padrões de qualidade inferiores, caracterizados por longas esperas, escassez de profissionais e infraestrutura inadequada, enquanto os serviços privados, embora de melhor qualidade, permanecem inacessíveis para a maioria da população.

Através de relatos e análises detalhadas, o capítulo expõe as falhas e as lacunas do sistema de saúde pública brasileiro, destacando a falta de infraestrutura, de recursos e de profissionais capacitados para atender às demandas da população mais carente. A autora exhibe neste capítulo a urgência de políticas de saúde mais inclusivas, de investimentos em prevenção e promoção da saúde e de uma abordagem humanizada e solidária no cuidado aos mais necessitados.

A obra chama a atenção para a má-fé e as contradições presentes no sistema de saúde pública brasileiro, especialmente no que se refere ao atendimento e cuidado destinados à ralé. É considerar criticamente as injustiças e as desigualdades no acesso à saúde, e uma oportunidade de repensar as políticas e práticas necessárias para garantir a todos o direito a uma saúde digna e de qualidade.

A JUSTIÇA COMO ESPELHO DAS DESIGUALDADES E CONTRADIÇÕES NA REALIDADE DA RALÉ BRASILEIRA

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

O Capítulo 8, intitulado "A Má-Fé da Justiça", escrito por Priscila Coutinho, é uma análise intensa e crítica sobre o sistema judiciário brasileiro e suas implicações nas vidas dos mais vulneráveis, especialmente aqueles pertencentes à ralé. A autora nos conduz por uma reflexão sobre as desigualdades, injustiças e contradições presentes no acesso à justiça e na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos mais necessitados.

Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais, o acesso à justiça e à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos se configura como um tema crucial e desafiador. A promessa de igualdade perante a lei, estampada na Constituição Federal, se choca com a realidade de milhões de brasileiros que se veem privados de seus direitos básicos, seja por falta de recursos, seja por obstáculos estruturais e históricos.

A principal barreira ao acesso à justiça reside na disparidade socioeconômica. A população mais pobre, geralmente carente de recursos financeiros e conhecimento jurídico, enfrenta dificuldades para contratar advogados, arcar com custas processuais e navegar pelos complexos trâmites do sistema judicial. Essa realidade cria um ciclo de exclusão, perpetuando a desigualdade e impedindo que os mais necessitados defendam seus direitos.

Para além das dificuldades de acesso, o sistema de justiça brasileiro também é marcado por injustiças e contradições. A morosidade processual, com processos que se arrastam por anos, é um exemplo flagrante de como a justiça se torna inacessível para muitos. A seletividade do sistema penal,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

que pune com mais rigor os crimes de menor potencial ofensivo, geralmente cometidos por pessoas pobres, enquanto crimes de colarinho branco muitas vezes ficam impunes, é outro exemplo de como a justiça opera de forma desigual.

A falta de infraestrutura adequada, a carência de pessoal qualificado e a gestão ineficiente dos recursos públicos contribuem para a lentidão e a baixa qualidade dos serviços prestados pelo sistema de justiça. A falta de transparência também é um problema grave, dificultando o acompanhamento dos processos e a cobrança por melhores resultados.

A negação de justiça gera impactos negativos na sociedade como um todo. A sensação de impunidade contribui para o aumento da criminalidade, enquanto a falta de acesso à justiça impede a resolução de conflitos de forma pacífica e justa. A desconfiança nas instituições e a descrença na democracia são outros resultados nefastos da falha do sistema em garantir os direitos básicos dos cidadãos (Costa, 2013).

Ao explorar as práticas institucionais e as estruturas de poder que permeiam o sistema judiciário, o capítulo aborda os desafios enfrentados pelos mais vulneráveis no acesso à justiça, evidenciando como as desigualdades sociais se refletem nas decisões e nas práticas judiciais. A expressão "A Má-Fé da Justiça" nos remete à falta de equidade, transparência e efetividade no sistema judiciário, que muitas vezes reproduz e reforça as injustiças existentes na sociedade.

REVISTA TÓPICOS

A autora nos desafia a repensar o papel da justiça como um instrumento de garantia dos direitos e de promoção da igualdade, questionando as práticas discriminatórias, excludentes e injustas que muitas vezes marcam o sistema judiciário brasileiro. Através de relatos e análises detalhadas, o capítulo expõe as lacunas e as falhas do sistema de justiça, destacando a necessidade de uma abordagem mais humanizada, inclusiva e acessível para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social.

É uma obra que nos incomoda e nos leva a pensar sobre a má-fé e as contradições do sistema judiciário brasileiro nessa obra, especialmente no que se refere ao acesso à justiça e à garantia dos direitos dos mais vulneráveis. É um chamado à reflexão crítica sobre as desigualdades e as injustiças no sistema judiciário, e uma oportunidade de repensar as políticas e práticas necessárias para garantir a todos o direito a uma justiça equitativa, transparente e eficaz.

REFLEXÕES SOBRE O RACISMO NA REALIDADE DA RALÉ BRASILEIRA

O Capítulo 9, intitulado "Cor e Dor Moral: Sobre o Racismo na Ralé", escrito por Emerson Rocha, é uma análise densa e sensível sobre as questões raciais e o impacto do racismo na vida dos mais vulneráveis, especialmente aqueles pertencentes à ralé. O autor nos conduz por uma jornada de reflexão e conscientização sobre as desigualdades, preconceitos e injustiças enfrentadas pela população negra e afrodescendente no Brasil.

REVISTA TÓPICOS

Ao explorar as nuances e as manifestações do racismo estrutural na sociedade brasileira, o capítulo nos instiga a pensar sobre as raízes históricas e sociais que perpetuam a discriminação e a marginalização das pessoas negras. A expressão "Cor e Dor Moral" nos remete à dor e ao sofrimento causados pelo racismo, que não se limitam apenas às agressões físicas, mas também atingem a dignidade, a autoestima e a integridade moral dos indivíduos afetados.

O autor nos provoca a repensar nossas concepções e atitudes em relação ao racismo, questionando os estereótipos, os preconceitos e as práticas discriminatórias que permeiam a sociedade brasileira. Através de relatos e análises detalhadas, o capítulo expõe as diversas formas de racismo presentes no cotidiano da ralé, desde as violências simbólicas até as violências estruturais que limitam as oportunidades e o acesso aos direitos fundamentais.

O racismo, como um corpo entranhado na sociedade brasileira, corrói as bases da justiça social e perpetua a desigualdade entre brancos e negros, principalmente na ralé, a massa marginalizada e empobrecida do país. As marcas da escravidão e do colonialismo ainda persistem, tecendo um manto de exclusão que impede a ascensão social da população negra e a condena a uma realidade de pobreza, violência e falta de oportunidades.

A brutalidade policial, com casos frequentes de assassinatos de jovens negros, é um dos exemplos mais cruéis do racismo estrutural. A letalidade policial contra negros é 2,8 vezes maior do que contra brancos, evidenciando o tratamento desigual e discriminatório por parte do Estado.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

A população negra enfrenta maiores dificuldades para encontrar emprego e, quando o consegue, recebe salários menores do que os brancos para a mesma função. A taxa de desocupação entre negros é 2,6 vezes maior do que entre brancos, e a diferença salarial média é de 40%. As comunidades negras geralmente residem em áreas periféricas com carência de infraestrutura, escolas precárias e unidades de saúde deficitárias. O analfabetismo entre negros é 2,5 vezes maior do que entre brancos, e a mortalidade infantil é 60% maior (IPEA, 2023).

A perpetuação de estereótipos negativos sobre a população negra, como a associação à criminalidade e à pobreza, contribui para a discriminação em diferentes âmbitos da vida social. O racismo velado, presente em micro agressões e piadas racistas, também causa sofrimento e constrangimento.

O racismo na ralé brasileira gera impactos devastadores, perpetuando a pobreza, a exclusão social e a violência. A falta de oportunidades limita o desenvolvimento humano e impede a ascensão social da população negra. A baixa autoestima, o trauma e a sensação de impotência diante da discriminação são outros efeitos nefastos do racismo.

O combate ao racismo exige medidas abrangentes e duradouras que ataquem as raízes do problema. Leis que promovam a igualdade racial no mercado de trabalho, na educação e na saúde são fundamentais para reduzir as disparidades entre brancos e negros. Ensinar a história e a cultura afro-brasileira e promover o respeito à diversidade racial são medidas importantes para combater o racismo desde a infância. Programas que favoreçam o acesso da população negra à educação, ao mercado de trabalho

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

e à justiça são essenciais para garantir a igualdade de oportunidades. Aumentar a representatividade de negros na mídia, na política e em outros espaços de poder é fundamental para combater os estereótipos e dar voz à população negra.

O racismo na ralé brasileira é uma chaga que precisa ser curada. É necessário um compromisso social e político para construir uma sociedade justa e igualitária, onde a cor da pele não seja um fator determinante de destino. A luta contra o racismo é uma luta por justiça social, por um Brasil mais humano e fraterno.

A obra nos faz pensar sobre o racismo e suas consequências na vida dos mais vulneráveis, especialmente na população negra e afrodescendente. É uma reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e a urgência de políticas e práticas antirracistas que promovam a igualdade, a justiça e o respeito à diversidade étnico-racial em nossa sociedade.

DESNATURALIZANDO A RALÉ E DESAFIANDO A MÁ-FÉ DA SOCIEDADE

A conclusão do livro "Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive", intitulada "A Má-Fé da Sociedade e a Naturalização da Ralé", escrita por Jessé Souza, é um intenso chamado à reflexão sobre as estruturas de poder, desigualdades sociais e injustiças que permeiam a realidade da ralé brasileira. O autor nos conduz por uma análise profunda e crítica sobre as raízes e as consequências da marginalização e exclusão social, desafiando-nos a

REVISTA TÓPICOS

repensar nossas concepções e atitudes em relação aos mais vulneráveis em nossa sociedade.

Ao explorar as dinâmicas sociais e econômicas que contribuem para a perpetuação da ralé, a conclusão nos sugere a questionar a naturalização da pobreza e da desigualdade, evidenciando como as estruturas de poder e as ideologias dominantes contribuem para a manutenção do status quo. A expressão "A Má-Fé da Sociedade" nos remete à falta de empatia, solidariedade e compromisso com a justiça social, que muitas vezes caracterizam as relações entre os diferentes estratos sociais.

O autor nos desafia a desnaturalizar a ralé, questionando as narrativas estigmatizantes e excludentes que justificam a marginalização e a discriminação dos mais vulneráveis. Através de uma análise crítica e provocativa, a conclusão expõe as contradições e as injustiças presentes na sociedade brasileira, destacando a urgência de políticas e práticas que promovam a inclusão, a igualdade e o respeito à dignidade de todos os cidadãos.

A ausência de empatia, solidariedade e compromisso com a justiça social em relação aos mais desfavorecidos da sociedade representa um espaço em branco inquietante nos valores básicos e nas práticas sociais contemporâneas. Esta falha ética é evidente em diversas esferas da vida cotidiana e nas estruturas institucionais, tendo repercussões significativas nas dinâmicas sociais e econômicas.

REVISTA TÓPICOS

A falta de empatia implica uma incapacidade ou relutância em compreender e se identificar com as experiências, necessidades e dificuldades enfrentadas pelos outros, especialmente pelos mais vulneráveis. Essa discrepância emocional muitas vezes leva à indiferença ou até mesmo à hostilidade em relação às demandas legítimas por justiça social e igualdade de oportunidades.

A solidariedade, por sua vez, implica um compromisso ativo com o bem-estar coletivo e o apoio mútuo entre os membros da sociedade, especialmente em momentos de crise ou adversidade. No entanto, a falta de solidariedade pode manifestar-se através do individualismo exacerbado, onde os interesses pessoais são priorizados em detrimento do bem comum, resultando em desigualdades crescentes e na marginalização dos grupos mais desfavorecidos.

Além disso, a falta de compromisso com a justiça social e os mais pobres reflete uma negligência sistêmica das responsabilidades coletivas de garantir condições de vida dignas e oportunidades equitativas para todos os membros da sociedade. Isso pode ser observado em políticas públicas que favorecem os interesses de grupos privilegiados em detrimento dos direitos e necessidades dos menos favorecidos, perpetuando assim ciclos de pobreza e exclusão social.

Para abordar essa lacuna ética e promover uma sociedade mais justa e inclusiva, é imperativo cultivar uma cultura de empatia e solidariedade em todos os níveis da sociedade. Isso requer um compromisso coletivo com a promoção do diálogo intercultural e interclassista, o fortalecimento das

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

redes de apoio comunitário e o desenvolvimento de políticas públicas que priorizem o bem-estar e os direitos humanos de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, a ralé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Jessé Souza, aborda de forma profunda e crítica a realidade da população marginalizada e excluída no Brasil, conhecida como a ralé. Ao longo das suas 484 páginas, diversos autores se debruçam sobre temas como desigualdade social, violência, racismo, educação precária, saúde pública deficiente e a má-fé institucional que perpetua a marginalização desses grupos vulneráveis.

A importância do livro para a pesquisa reside na sua capacidade de trazer à tona questões urgentes e muitas vezes negligenciadas pela sociedade. Ao analisar de forma crítica e aprofundada a realidade da ralé, os autores nos chamam a refletir sobre as desigualdades estruturais, as injustiças sociais e as práticas discriminatórias que perpetuam a marginalização desses grupos vulneráveis. A obra estimula o debate acadêmico e social sobre temas sensíveis e complexos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. "A Ralé Brasileira" é uma obra brutal, de relevância absoluta para entender a realidade da população marginalizada no Brasil e os desafios que precisam ser enfrentados para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

A conclusão da obra é um açoitamento à ação e à transformação social, desafiando-nos a romper com a inércia e a indiferença diante das

REVISTA TÓPICOS

desigualdades e injustiças que marcam a realidade da ralé. É um chamado à solidariedade, à empatia e à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de viver com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; NICE, R. Education, society and culture. Trans. Richard Nice. London: SAGE Publications, p. 15-29, 1977.

COSTA, Paulo Joaquim Anacleto. O acesso à justiça como direito fundamental de todos os cidadãos. 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/34956/1/O%20acesso%20a%20j>> Acesso 11/03/2024

DE CAMPOS, Ana Júlia Soares. Prostituição no Brasil: legislação, direitos, cidadania e o reconhecimento da luta das prostitutas. 2023. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=557138>> Acesso 11/03/2024

FERREIRA, Anderson; BAPTISTA, Carlos Aberto. DEUS NO COMANDO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO “NARCOPENTECOSTAL”. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 24, p. 77-91, 2020. Disponível em:

REVISTA TÓPICOS

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/download>

Acesso 11/03/2024

IBGE - Educação. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso

11/03/2024

IBGE. Desemprego 2023. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso 22/02/2024

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2022. Disponível em:<

[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616)

[edicao=35616](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616)>. Acesso 11/03/2024

IBGE. PNS - Pesquisa Nacional de Saúde. Dados sobre o desempenho do sistema nacional de saúde e as condições de saúde da população. 2020.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>>. Acesso 11/03/2024

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2023. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acesso

11/03/2024

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

IPEA. Atlas 2023: População negra. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/280/atlas-2023-populacao-negra>>. Acesso 11/03/2024

LCP 150 - Planalto. LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso 11/03/2024

MELLO, Luciana Ferreira. Um paralelo entre o Brasil contemporâneo pela perspectiva de Jessé Souza (a ralé brasileira: quem é e como vive) e a decisão do STF na ADPF 186: as origens das desigualdades. As ações afirmativas como mecanismo compensatório das desigualdades perpetradas. *ius gentium*, v. 7, n. 4, p. 53-78, 2013. Disponível em: <<https://revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/>> Acesso 23/03/2024

OIT. Relatório de Emprego Mundial e Perspectivas Sociais de 2024. Taxa de desemprego mundial deverá aumentar em 2024 e as crescentes desigualdades sociais são motivo de preocupação, segundo relatório da OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_908214/lang-pt/index.htm#:~:text=O%20relat%C3%B3rio%20estima%20que%20as,202> Acesso 22/02/2024

PARO, Marcelo Laurito et al. Prisões da fé: conversões evangélicas no contexto prisional e a relação entre interesses religiosos e condições de

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

habitualidade no mundo do crime. 2023. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/5855/1/Marcelo%20Laurito%20Tese.pdf>> Acesso 11/03/2024

PENAE 2023. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/copy_of_Cadernodelegislao_PNAE_2023.pdf>. Acesso 11/03/2024

PISA 2022. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>>. Acesso 11/03/2024

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2023. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_A> Acesso 11/03/2024

SILVA, Adriana Campos; DE SOUZA, Rafael Costa. Redução da maioria penal e a ralé brasileira de Jessé Souza: a desconstrução do legado culturalista e a seletividade do sistema penal. Revista Jurídica Luso-Brasileira, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39690/2/Redu%C3%A7%C3%A>> Acesso 11/03/2024

REVISTA TÓPICOS

SOUZA, Jessé. A parte de baixo da sociedade brasileira. Revista Interesse Nacional, v. 14, n. 4, p. 33-41, 2011. Disponível em: <[https://www.academia.edu/download/54948221/A Parte de Baixo da Soci](https://www.academia.edu/download/54948221/A_Parte_de_Baixo_da_Soci)
Acesso 11/03/2024

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Civilização Brasileira, 2022. Disponível em:<[https://www.academia.edu/download/51199871/Pierre Bourdieu Jean-Claude Passeron-Reproduction in Education Society and Culture-Sage Publications 1990.pdf](https://www.academia.edu/download/51199871/Pierre_Bourdieu_Jean-Claude_Passeron-Reproduction_in_Education_Society_and_Culture-Sage_Publications_1990.pdf)> Acesso 11/03/2024

STERNICK, Ivan Prates. SOUZA, J. A Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Revista Multiface Online, v. 4, p. 44-46, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/multiface/article/download/20141/16>
Acesso 11/03/2024

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação 2020: relatório de gênero, A nova geração: 25 anos de esforços para igualdade de gênero na educação. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375599>>. Acesso 11/03/2024

¹ Coordenador e docente do Curso de Especialização (Lato Sensu), MBA e Pós-Graduação em Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento (FESAV-ES). Docente em Tecnologias da Informação e Eletrônica (UNESA-RJ). Mestrado em Educação (UNESA-RJ). MBA em Data

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Warehouse e Business Intelligence (FI - PR). Pós-Graduado em Antropologia, Filosofia e Ciência da Religião (FAVENI-MG). Historiador pela Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). e-mail: atilafmusp@gmail.com

² Mestrado em Educação e Cultura (UNESA-RJ). Graduação em Pedagogia (UNP) e Geografia (FEL). Professor Pedagogo da Prefeitura Municipal de Altamira. Especialista em Psicopedagogia Institucional, Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar, Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial e Gestão Escolar. welvisdapaz@gmail.com

³ 13 da Lei Complementar nº 150/2015 estabelece, ainda, que "é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação pelo período de, no mínimo, 01 (uma) hora e, no máximo, 02 (duas) horas, admitindo-se, mediante prévio acordo escrito entre empregador e empregado, sua redução a 30 (trinta) minutos" (Lcp 150, 2015).